

Que ética para a prática analítica hoje?

Adriana Herman (EFA)

O nascimento da psicanálise significou uma subversão sem precedentes da ética anterior. Sua ética é a do desejo e diz respeito ao analista a tal ponto que lhe é confiado o que Lacan chamou de conversão ética radical: a de introduzir o sujeito na ordem do desejo.

Conversão ética que redobra cada vez o passo dado por Freud, quando -não sem Descartes- separou o sujeito rejeitado do conhecimento do homem para colocá-lo em relação com a linguagem e se distanciou da religião e do desejo civilizador da ciência de conceber a verdade como uma dimensão que fala, que se desdobra no sintoma e revela o que não está na ordem do mundo. Uma ética inédita que abre portas a uma política também inédita, a do discurso que praticamos.

Os analistas vivenciam cotidianamente o que não dá certo, o resíduo elusivo à imagem e o significante que fica além dos dizeres: o objeto a, cuja linguagem não chega para elaborar o impossível do sexo, é testemunho do caráter radicalmente dividido do sujeito.

Ao contrário de outros discursos que defendem a harmonia e a completude, nossa prática é orientada para aquele resquício caído da operação de divisão que perturba a boa forma. A ciência moderna substituiu uma “gira” por um “cai”. Os restos que caem do Outro fazem as diferentes formas do a: dejetos que é garantia da alteridade do Outro, de quem se torna substituto.

A invenção lacaniana do objeto a como resto constitui uma indicação ética inédita para nossa prática e uma ferramenta de leitura e resistência ao desconforto da civilização, pois é nos orientando no resto, real da estrutura, que nossa prática poderá mover algo do período em que ocorre.

A segregação do resto como prática é um fato da civilização. Na Conferência que Lacan deu em Bruxelas em 68, ele definiu a civilização por sua função de homogeneização e sua ânsia de separar os restos. Diz: A civilização é o “Grande esgoto”, um sistema de esgoto que na Roma Antiga facilitava para a sociedade o descarte dos resíduos que produzia.

Com essa metáfora, ele transmitia como cada broto do singular, cada vislumbre emergente do desejo, é esmagado pelo discurso comum até que seja reduzido, amputado de sua singularidade e lançado na circulação geral, onde é reabsorvido como um resto a ser reciclado. O que fica assim excluído, sob as armadilhas da universalidade, é a singularidade do sujeito.

Depois da pandemia e com a guerra, implementam-se novas formas de intervenção que visam construir consentimentos unificadores: apontando as anomias sociais e tratando-as com programas embelezados de humanismo e burocracia - braço necessário do Bem geral -, favorecem a adaptação de indivíduos-objetos para o mercado globalizado.

Podemos conjecturar que, se as terapias comportamentais e o modelo cognitivo são tão amplamente aceitos, é porque reproduzem o modelo que rejeita a dimensão do inconsciente, do sintoma, da angústia como tradução subjetiva do objeto, as interferências do desejo e do real.

A prática analítica faz uma objeção a essa política. O campo de ressonância que se abre com a formulação da regra fundamental por parte do analista, permite escutar no equívoco e nos tropeços, o resto do gozo inassimilável que insiste, a enunciação do desejo que escapa a todo esforço totalizante e localiza no sintoma a forma como o locutor se opõe aos discursos que não aceitam o escândalo das posições singulares, resiste à tentação de se absorver num "todos", de incluir as marcas da sua história na uniformização das ideologias e o mercado.

O que cada sociedade faz com seus restos diz do laço social que pratica. Os antigos romanos jogavam os corpos que não estavam enterrados, nos esgotos que davam para o Rio Tibre. Sabemos que o desejo de eliminar os vestígios dos vivos, quando articulado com políticas perversas que buscam eliminar os semelhantes, dão origem a práticas que evocam os capítulos mais nefastos da história da humanidade.

Se dos três fatores de mal-estar na cultura, Freud apontou que a relação com os outros é o que mais consome mal-estar, Lacan alertou sobre os efeitos que o avanço da ciência produziria no vínculo ao modo de segregação.

Ele não estava errado. Os discursos que defendem a relação sexual como possível promovem a segregação e até o extermínio do outro em nome de seus ideais.

Em nossa discursividade atual, o que vai para o lugar de descanso, o que não serve a seus propósitos universalizantes, representa algo a ser eliminado: basta considerar como o gozo representado pelo outro permite ao neoliberalismo atual justificar todo tipo de política de limpeza (de imigrantes, pobres e dissidentes de todos os tipos).

O atual projeto de padronização tem de sobra, incomoda-se com a dimensão do inconsciente, a singularidade do sintoma e a contingência da situação de desejo a que dá expressão, e o silêncio é sua forma efetiva de eliminá-lo.

Os analistas preocupam-se com a questão das razões pelas quais a segregação, operação constitutiva e estruturante do sujeito, passa a atuar no laço social como um fenômeno que rejeita o outro a ponto de buscar eliminá-lo. Cabe a nós dar lugar, em nossa prática, a conversão ética que abre caminho ao desejo em detrimento do gozo que o sujeito encontra na dominação, na identificação com o objeto restante, no dano e na exclusão.

Aludindo ao Rei Midas, Lacan aponta o drama que encontramos em nossa prática: o analisado transforma o que alcança como ponto de verdade em coisas muito diferentes do ouro: o a, em suas quatro substâncias episódicas, sustentando as realidades mais abjetas.

Esse resto que fica fora da política continua sendo o que há de mais singular e precioso para o orador. Nossa prática constata que o sujeito é esse resto em jogo, que na fantasia determina a economia de seu desejo e - em A Lógica do Fantasma - constitui a dignidade de seu ser.

O discurso que praticamos introduz na política o que ela exclui: a condição falante do ser falante, a dimensão do inconsciente e a verdade que o sintoma traz.

Enquanto a civilização -em nome dos bons costumes- se encarrega de que os restos sejam reciclados para que voltem a circular pela indústria humana, a prática analítica encontra o sujeito reduzido ao objeto de seu fantasma, insistindo em avançar pela vida erigindo algum juiz para condená-lo ou algum carrasco para puni-lo.

O sujeito identificado com os demais é conduzido a uma cadeia indefinida de significados chamada destino - figura da pulsão de morte - que o convida repetidas vezes, com voz traiçoeira, a ceder ao seu desejo. A ética de nossa prática vai contra essa fatalidade neurótica: pela análise, o sujeito poderá saber como entrou nessa matéria do significante, da contingência relativa à origem da fantasia, não sem os desvios ditados por alguma fantasia de origem que foge na associação livre, nos ditos analizantes.

O resto é ineliminável e, na experiência da análise, assume a função de resto ativo que abre espaço para a falta, lugar para o desejo: o resto acumulado como mais de gozo no sintoma pode tornar-se causa de desejo a ser oferecido no lugar de semblante a outro, para quem no ato se torna um analista da experiência.

O objeto é a existência mais radical do sujeito em que, ao final da jornada, poderá ser reconhecido, como aborto do desejo dos pais, diz Lacan em De um Outro ao Outro, dando lugar a uma outra economia do gozo, a um outro destino possível.

Hoje, mais do que nunca, trata-se de praticar o que Norberto Ferreyra chamou de clínica do sujeito, que consiste em deixar falar o corpo falante para que, pelo trabalho da análise, se separe desse resíduo mudo e inerte que é hoje jogado no esgoto da produtividade neoliberal, você pode conviver com o sintoma na vida como forma singular de ganhar uma existência e, se quiser, testemunhar essa experiência no dispositivo de Passe oferecido por uma escola.

O compromisso com outro destino, com outra relação com determinação, faz a ética do ato analítico e a ética de uma Escola de Psicanálise, que é o lugar de sua extensão.

A Escola dá lugar à experiência de um grupo que não se reduz à massa, à hipnose e à uniformidade, à possibilidade de participar de processos coletivos sem perder sua singularidade.

A ética da Escola é a da prática analítica. E isso é uma coisa que se pratica na Escola.

Em breve fará cinquenta anos desde a fundação da Escola Freudiana em nosso país.

Desde então, seu posicionamento ético e político está vinculado a dizer “não” a qualquer prática de objetivação do sujeito e homogeneização das singularidades. Além disso, a

convicção de que trabalhar com o outro sem ignorar as diferenças gera uma exterioridade necessária para o avanço e o futuro da psicanálise. Porque nunca é falando para nós mesmos que descobrimos o que dizemos, a prática do vínculo com os outros permite que o discurso não se feche e vire.

O caminho do Não-Tudo a partir do vínculo entre analistas permite legitimar a prática de um coletivo que, como sujeito do individual, encontra sua raiz na experiência analítica, fundamento da formação dos analistas nas formações de o inconsciente e seu enquadramento em uma Escola de psicanálise que, como o Cartel e o Passe, constitui um dispositivo de transmissão cuja ética é a do ato analítico. Há uma Escola porque há um ato analítico em outro lugar. A Escola é o lugar onde, com alguns outros, se jogam os seus efeitos.